

A TRANSIÇÃO À DEMOCRACIA NO CHILE: DAS PROTESTAS AO PERÍODO PÓS-AUTORITÁRIO

Priscilla Régis Cunha de Queiroz

Ricardo Cleber de Oliveira

RESUMO

No presente artigo, abordaremos o processo de transição à democracia no Chile compreendendo que seus desdobramentos estão além da simples troca de regime político, mas que passam, sobretudo, pela transformação da sociedade em níveis e ritmos diferentes. Os movimentos populares chamados *protestas*, ocorridos nos anos de 1983, 1984 e 1986, serão tomados aqui como marco inicial para nossa análise. Desenvolveremos ainda uma reflexão sobre a persistência da influência do General Pinochet no período chamado de transição, tentando compreender assim as dificuldades de governabilidade que permeiam o regime democrático estabelecido pós-ditadura.

Palavras-chave: Protestas; Transição; Governo pós-autoritário.

A transição à democracia no Chile, podemos dizer, está localizada cronologicamente bem perto de nós. No início deste mês de outubro de 2007 observamos atentos em todos os telejornais brasileiros, e na mídia internacional como um todo, notícias acerca da prisão da viúva do general Augusto Pinochet, dos seus cinco filhos e de mais 17 dos seus aliados da época da ditadura militar chilena. Eles foram acusados de transferir ilegalmente US\$ 27 milhões (cerca de R\$ 49 milhões) para bancos estrangeiros durante o período em que o ex-ditador esteve no poder, entre 1973 e 1990. Essa notícia, divulgada exaustivamente por veículos de informação no mundo inteiro, demonstra como as feridas deixadas pelo regime militar ainda permanecem abertas aos olhos da sociedade chilena e do mundo, nos dando ainda elementos para pensarmos o processo de transição à democracia nesse país.

Como podemos observar no parágrafo acima, estamos profundamente ligados a esse processo. Ainda lembramos bem das notícias da prisão de Pinochet em Londres, em 1998, fato que terá como veremos adiante, repercussão importante no processo de transição chileno. Mesmo que essas lembranças estejam susceptíveis a ação do tempo, podemos afirmar que elas são também fontes para a elaboração do presente artigo, que tem por objetivo trazer a tona questões relacionadas ao complexo e controverso período de transição da ditadura militar à democracia no Chile.

A já mencionada proximidade cronológica pode constituir-se num obstáculo metodológico para essa análise, mas, ainda assim, tentaremos levar nosso objetivo adiante tendo também em vista a provocação de Agnès Chauveau e Philippe Tétart, quando no primeiro capítulo de “Questões para a História do Presente” nos perguntam: “Enfim, há uma responsabilidade do historiador em seu papel cada vez mais valorizado de comentarista do presente ou do imediato?”.¹ Bom, acreditamos que sim, visto que a demanda da sociedade por respostas é vasta. Nesse sentido cabe a nós, historiadores, tentar, com responsabilidade, contribuir com uma análise crítica desse processo social ao qual estamos inseridos, expandindo assim o leque de visões para compreensão do presente. Afinal, o que seria de nós, estudiosos do social, se não nos debruçássemos também sobre o que nos cerca?

Para finalizar essa curta introdução, gostaríamos ainda de ressaltar que esse texto, cercado das responsabilidades que já citamos, não pretende explicar totalmente o processo político de transição à democracia no Chile, visto que compreendemos sua complexidade e a multiplicidade dos seus desdobramentos. Nossa intenção é, no entanto, refletir sobre o tema e principalmente exercitar o nosso ângulo de visão para o que está mais perto de nós.

O GOLPE

O regime militar chileno se instalou no poder em 1973. Depois de derrubar violentamente o governo democrático de Salvador Allende, os militares – cuja argumentação inicial era de defender a pátria da ideologia marxista – organizaram sua

justificativa de existência na necessidade de combater a ameaça real que representava a Unidade Popular.

Os militares que encabeçaram o golpe procuraram assumir uma postura coesa, mas, como bem salienta Fredrigo:

Parte da oficialidade também interpretou as ações da Unidade Popular como um perigo iminente. Outra parte apoderou-se de valores tradicionais comuns ao meio social chileno e a própria institucionalidade para criar as bases de uma cultura autoritária.²

Dessa forma, podemos observar uma formação heterogênea dentro do grupo que encabeçou o golpe. Além disso, o discurso do governo militar era embasado numa idéia de “salvação nacional” onde o próprio general chileno Augusto Pinochet sempre defendeu suas ações como atitudes de um patriota, que teria resgatado o país do caos e dos comunistas.

Outra característica do novo regime era o seu caráter “anti-popular”, com base na perseguição de seus opositores ou desafetos. A população em geral foi duramente atingida por essa ação repressora assim como partidos políticos, sem distinção ideológica, e vários movimentos sociais. A respeito disso, cabe chamar atenção para o teor do texto do sociólogo e crítico do regime Pinochet, Manuel Antonio Garretón, “El Proceso Politico Chileno”. Escrito em 1983, o texto nos fala da dificuldade e da necessidade de renovação e reestruturação partidária para a derrubada do regime autoritário e consolidação de um novo governo realmente democrático. Esse aspecto de desarticulação e despolitização pode ser tomado como objetivo chave do regime Pinochet, e sem dúvida, como fator importante para a compreensão da participação partidária e popular no período de transição.

No período entre 1973 e 1989, observamos que o regime militar de governo está fortemente marcado pela personalização do poder na figura de Pinochet. O general controlava o exército e os rumos do projeto de institucionalização política, onde a Constituição de 1980 foi sua expressão máxima. A legislação atuava na reestruturação da sociedade chilena pelo viés da legalidade promovendo a atuação do governo em mais uma

frente, além da já comentada ação repressora. Essa Carta legalizou a permanência de Pinochet no poder até o plebiscito de 1989 que para surpresa de muitos governistas, abriu caminho para o retorno de um governo civil. Em 1990, o general deixou a presidência, mas permaneceu como comandante das Forças Armadas, onde agiu várias vezes em favor de seus aliados políticos tendo também poderes para bloquear iniciativas políticas que rompessem drasticamente com o regime autoritário anterior.

Portanto, a personalização do poder na figura do general Pinochet, o respaldo oferecido pela Constituição de 1980, somados a capacidade transformadora de matriz voltada para o “crescimento sem desenvolvimento” de inspiração neoliberal expresso no *Plan Laboral*³, foram fundamentais para a superação da crise econômica que marcou os anos 1981/1982 e a mobilização contestadora da oposição entre 1983 e 1986, mas não foram suficientes para perpetuar o regime.

AS PROTESTAS

No que diz respeito às mobilizações sociais durante o período da ditadura chilena, podemos pensar bem sua influência para o período de transição com base no texto de Fabiana de Souza Fredrigo, “*As Influências das mobilizações sociais nas transições à democracia: o caso chileno*”. Nele, a autora propõe nova perspectiva para abordagem da transição chilena apontando os movimentos populares chamados *protestas* como ponto fundamental para o entendimento da transição. A autora explica ainda, como o cenário dos anos 1983/84 pode ser entendido como “marco inicial para a transição”.

Num cenário de crise econômica, fruto da debilidade de auto-regulação da política neoliberal dos economistas do governo, a crise social se aprofundou com o aumento do desemprego e a conseqüente ampliação das desigualdades sociais. Entre maio de 1983 e novembro de 1984, em meio a um contexto de crise econômica, as *protestas* emergiram. As manifestações somaram o total de onze. Dentro do período citado acima, elas passaram a ocorrer mensalmente até o estado de sítio, decretado pelo governo no dia 6 de novembro de 1984, voltando a ocorrer em 1986.

No que tange ao significado dos movimentos populares chamados *protestas* para o processo de transição abordado por nós, podemos dispor das palavras de Fredrigo que salienta:

O fato relevante é que as *protestas* lidavam com o descontentamento, procuravam deixar claro que a transição era necessária, abriam espaço para a discussão a respeito das possibilidades que se apresentava para a transição e qual sistema deveria ser mais adequado para substituir a ditadura.⁴

Concordamos, portanto, com a autora, no sentido de verificar na ação das *protestas* a existência da demanda popular por democratização, colocando assim em questão a validade do regime. Devemos ainda dar espaço a freqüente preocupação da autora em assinalar que, apesar de a crise econômica, sem dúvida, ter funcionado como agente catalisador das mobilizações sociais, a mesma não pode ser vista como seu único elemento explicativo.

A contenda pelo controle das *protestas*, ocorreu entre duas correntes partidárias não homogêneas, e por vezes antagônicas. O Movimento Democrático Popular (MDP) e a Aliança Democrática (AD) entraram numa disputa pela liderança do movimento, causando uma separação que só traria um enfraquecimento maior das mobilizações sociais. Com o estado de sítio já decretado, e marcadas pela desorganização da ação política e pela falta de um projeto executável, as *protestas* dissiparam suas ultimas forças. A distância entre as cúpulas dos partidos e o povo, que possui sempre suas demandas, foi um empecilho de grandes proporções ao problema da falta de unidade. As heterogeneidades das demandas populares não foram consideradas pelos “dirigentes” do movimento, e as conseqüências disso assumem proporções relevantes, pois, como coloca Fredrigo:

A diversidade da população que tentou se unir para derrubar a ditadura não foi levado em consideração por aqueles que se diziam os líderes do movimento. Esta problemática assume maior gravidade quando se observa que a heterogeneidade esteve presente não só como diferenças culturais ou econômicas, mas também dadas as históricas distinções de composição entre o mundo poblacional e a classe média.⁵

As *protestas* aparecem como um momento novo de participação popular e de movimentos partidários de esquerda na esfera política, antes dominada inteiramente pelo governo militar desde a instauração da ditadura. O regime, por meio de repressão cotidiana e pelas várias tentativas de se justificar como legal, principalmente pela Constituição de 1980, foi posto em xeque nesses momentos de movimentação popular que, imerso num contexto de crise social e econômica, demonstrava com nitidez a relação direta entre o social e a política. Assim como argumenta Fredrigo, para nós, as *protestas* não assumiram seu papel de via para uma “saída popular” para o processo de transição à democracia no Chile, isso se deve principalmente a heterogeneidade das estratégias de esquerda para destituir o governo militar e também pela falta de acordo sobre que tipo de governo substituiria o ora vigente. “Os conflitos se mantiveram no seio da esquerda enquanto as manifestações permaneceram nas ruas, sem que se percebesse a distância abismal entre os partidos políticos e o movimento social” ⁶.

Observamos ainda que, o governo Pinochet tentou por várias vias se definir como um governo de transição, uma transição que Manuel Antonio Garretón chamava, já em 1983 de “*La transición invisible*.” ⁷. No entanto, as *protestas* abriram caminho para uma transição complexa, diferente da harmonia difundida pelo programa político do regime militar. Esse é, sobretudo, o motivo que nos leva a enxergar nas *protestas* um caminho efetivo em direção ao processo de transição à democracia no Chile. Porém, mesmo diante da participação popular, o processo de transição se desenvolveu pelas mãos de poucos, deixando à margem das decisões o segmento social.

Em março de 1990, o primeiro governo civil é empossado. Patricio Aylwin, político de centro, assume depois de 17 anos de uma das mais ferrenhas ditaduras da América Latina. É nessa década que Alberto Aggio e Gonzalo Quiro⁸ observam o fomento da discussão sobre a natureza de transição à democracia no Chile. No texto escrito no final da década de 1990, a polêmica parecia girar em torno da ainda permanência do período de transição, que segundo eles, era algo visto pelos formadores de opinião como grande obstáculo a ser vencido pelo futuro governante a assumir o mandato depois das eleições de 1999. (Ricardo Lagos assume em 2000).

Durante a década de 1990, podemos observar o aumento de posturas e opiniões contrárias ao tipo de regime pós-autoritário instaurado no país que insistia em não romper totalmente com a herança autoritária. Por todo o ano de 1998, ano em que Pinochet se torna senador vitalício, a opinião pública começa a entrar em contato com pontos de vista que, em graus diferentes, mostrava o processo de transição como período de quebras relativas. Um exemplo revelador está em Aggio e Quiero, que comentam as acusações feitas por senadores de esquerda durante o processo de outorgação do mandato vitalício. Na acusação constitucional, os deputados imputavam a Pinochet a responsabilidade por haver comprometido a segurança do seu país no período em que havia sido chefe do Exército Nacional, cargo ocupado por ele durante a presidência de Aylwin e Frei (entre 1990 e 1998).

A acusação foi rechaçada, mas sua importância é incontestável. Como bem acentua Aggio e Quiero, ela representa o “fim da intocabilidade” do general Pinochet. O debate se intensifica depois desse momento, quando os artífices da governabilidade têm que dar o “braço a torcer”. A presidência de Aylwin havia sim, sido marcada pela prudência das relações com o general e com o governo anterior em nome da governabilidade.

A pressão da direita e dos meios econômicos foram uma constante desde a volta à democracia em 1990 e representaram um verdadeiro perigo para o primeiro governo do Concerto pela Democracia, de Patricio Aylwin. Ao menor sinal de instabilidade, acenava-se com a possibilidade de uma volta dos militares ao poder. Para exorcizar a ameaça, o governo da época escolheu - em nome da razão de Estado - desenvolver uma política baseada na harmonia com o passado. Isso permitiu garantir a governabilidade do país e continuar a transição democrática – sem os militares. Contudo, o Chile continua um país dividido, política e ideologicamente, como mostraram as eleições do ano 2000. Candidato do Concerto pela Democracia, Ricardo Lagos ganhou no segundo turno com apenas 51% dos votos diante dos 48% de Joaquín Lavín da União Demócrata Independente (UDI), partido da direita radical, que sempre apoiou o general Pinochet.

O vínculo histórico que une o Chile do sucesso de desenvolvimento, do período pós-autoritário, ao Chile do passado permeado por lembranças do período de ditadura,

parece haver desaparecido sob o efeito de um estranho esquecimento coletivo. No entanto, ele é muito importante para a reconstrução de uma sociedade que ainda não conseguiu superar os traumas do governo militar. No dia 14 de julho de 2002, quando o general Pinochet se demitiu do cargo de senador vitalício – cargo concedido através da Constituição de 1980 –, os chilenos ficaram entre o conforto de vê-lo distante da cena pública e o desgosto de constatar que os crimes cometidos por ele ficariam sem solução. Na ocasião o governo preferiu mais uma vez trilhar o caminho da estabilidade.

No entanto, a detenção do senador vitalício Augusto Pinochet em Londres em 1998, mesmo dividindo a sociedade chilena, diminuiu as chances de perpetuação da harmonia com o passado sombrio dos tempos de ditadura, antes pautada no silêncio. A transição, tida por algum tempo como modelo para América Latina, estava (e por que não dizer – ainda está) sendo desvelada aos poucos.

Apesar da hegemonia alcançada pela inteligentzia governamental, responsável pelo fortalecimento ideológico da versão que conferia ao regime militar um caráter de transição, foi possível verificar a emergência de opiniões que denunciavam a cara oculta do modelo chileno: um amplo conjunto de heranças autoritárias não resolvidas por uma democracia sem democratização. Até 1996-1997, devido à convergência de vários de fatores, começou-se a evidenciar a emergência de um discurso que chamava atenção para os problemas de uma institucionalidade democrática consolidada (de forma ainda incompleta), destacando o sentimento de desengano que começava a marcar uma multiplicidade de segmentos da sociedade chilena e internacional.

Durante 1998 se instalou, por razões diversas, um quadro de instabilidade crescente que foi aprofundando sentimentos de insatisfação e crítica em relação a ordem pós-autoritária no seu conjunto. O otimismo do grupo interessado na modernização sem democratização foi sendo cada vez mais relativizado diante de fatores como o descontentamento econômico, a detenção de Augusto Pinochet em Londres, a mobilização social e jurídica a respeito dos crimes cometidos durante o Regime entre outros.

Em suma, o debate entre os críticos e os que apoiavam o processo de transição foi intensificado no final de 1997. O processo de transição ficou, para os olhos mais atentos, cada vez menos inspirador. A partir daí as transições institucionais, regidas pelo pulso ainda forte do General Pinochet, foi desvelada. A sua herança, antes omitida, se mostrou elemento marcante para a falta de capacidade de manobra dos governos democráticos instaurados depois da ditadura.

NOVO CLIMA

Em 1998, Pinochet finalmente deixou de chefiar as Forças Armadas. Mas, no dia seguinte, assumiu no Parlamento uma cadeira de senador vitalício, um cargo que ele mesmo criou para si próprio, cujos desdobramentos já foram mencionados anteriormente. O general chileno parecia intocável até ser preso em Londres, após um pedido de extradição da Espanha. Depois de mais de um ano sob custódia, após a avaliação do governo britânico, o general recebeu autorização para voltar ao Chile em março de 2000, escapando assim, por conta de alegações de natureza médica, de enfrentar um julgamento.

No entanto, o cenário político no Chile havia mudado. No mesmo mês de sua volta ao país, Ricardo Lagos chegou ao poder como o primeiro presidente socialista do Chile desde Allende. Um novo desejo de acertar as contas com o passado passou a vigorar no país. O ápice foi uma decisão de um tribunal chileno, em 2001, que dizia que Pinochet deveria ir a julgamento por encobrir violações de direitos humanos. Em uma vitória simbólica para seus adversários, o general foi colocado sob prisão domiciliar por seis semanas. Pinochet ainda foi obrigado a se apresentar à polícia para ser fichado como suspeito de crimes e teve fotos e impressões digitais recolhidas.

Em julho de 2002, todas as acusações contra o general foram descartadas por uma decisão da Suprema Corte, que confirmou uma decisão anterior que dizia que Pinochet não tinha condições mentais de ir a julgamento. Quatro dias depois, o general renunciou ao cargo de senador vitalício e apontou o seu estado de saúde como justificativa para a decisão.

Pinochet passou os últimos anos sob a ameaça de novas tentativas para levá-lo a julgamento por acusações de crimes financeiros e violações de direitos humanos. Desde 2000, os tribunais chilenos retiraram a imunidade de Pinochet diversas vezes, mas o general sempre conseguiu evitar ir a julgamento, normalmente com a alegação de que isso não seria possível devido a seus problemas de saúde. Em novembro de 2006, Pinochet foi indiciado pela execução de dois guarda-costas de Allende em 1973 e colocado sob prisão domiciliar pelas autoridades chilenas pela quinta vez.

O indiciamento foi anunciado logo depois de Pinochet completar 91 anos de idade. No dia de seu aniversário, o general divulgou um comunicado em que afirmava seu amor pelo Chile e os motivos de suas ações. "Hoje, perto dos meus últimos dias, quero dizer que não guardo rancor contra ninguém, que amo minha pátria acima de tudo e que assumo a responsabilidade política por tudo que fiz, com o objetivo de fazer o Chile maior e evitar sua desintegração".

CONCLUSÃO

No trabalho realizado, por hora, buscamos abordar o processo de transição à democracia no Chile. Para isso, tomamos o movimento popular das *protestas* como marco inicial e prosseguimos nossa análise abordando as diferentes transformações no processo político chileno durante a passagem do governo autoritário ao democrático. Também procuramos atentar para as necessidades do exercício de interpretação do presente por parte dos historiadores, na tentativa de deixar evidente a pretensão de compreender nosso próprio tempo através da investigação dos vestígios do passado localizado próximo de nós.

Como observamos no presente artigo, o regime autoritário consolidado em 1973 no Chile trouxe severas mudanças na vida da população desse país em níveis e graus diversos. Utilizando como principal justificativa a necessidade de defender a pátria do comunismo e do caos, o governo Pinochet usurpou direitos a vidas. Mesmo diante disso, buscamos demonstrar que as reivindicações populares aconteceram dentro do regime ditatorial, os movimentos populares ocorrido nos anos 1983/84 e 1986, as chamadas *protestas* abriram, como observamos, caminho para a discussão acerca da realidade do governo autoritário,

deixando evidente a necessidade de transição. Diante desse quadro, observamos a ampliação das discussões acerca da natureza do governo autoritário e sobre o almejado futuro governo.

Os graus de ruptura com o regime anterior são marcados por fatores diferentes e como observamos no caso chileno, a argumentação empregada foi marcada pela necessidade de governabilidade que acabou por mascarar na memória oficial a permanência forte de elementos do regime anterior e da influência ainda muito presente do General Pinochet. As tentativas de estabelecer uma harmonia com o passado através de uma memória oficial, proposta pelo novo governo pós-autoritário, não significou o esquecimento dos traumas que ficaram para trás. As próprias características do regime; em seu autoritarismo e violência, são elementos que, mesmo difíceis de serem postos em questão, continuam vivos na memória de todos aqueles que de algum modo foram atingidos pelo regime. A lembrança transfigurada em ação (protestos, trabalhos acadêmicos, livros, filmes, etc.) será elemento para a conciliação da sociedade chilena com o seu passado.

Aos poucos as posturas contra o regime, e mesmo a favor de uma ruptura real com ele, crescem. Esse talvez seja o caminho mais viável, não para o esquecimento do que aconteceu, mas sim, para o estabelecimento de uma memória do passado e de meios para uma avaliação crítica das posturas tomadas por cada segmento da sociedade durante o regime, no intuito de adentrar o presente superando por fim os traumas da ditadura militar.

Os desdobramentos desse período ainda são visíveis, como já salientamos no início do texto. No entanto, os rumos da questão se encaminham de formas diversas e a superação do ocorrido com base na crítica e na punição das condutas violentas e ilegais do regime, pode assumir dimensões imensuráveis. Mesmo com a dificuldade ainda presente de dar conta das lembranças e da história do passado, a ascensão à presidência de Michele Bachelet, ex-prisioneira política, é sinal mais do que evidente das possibilidades de crítica a esse passado.

A análise sobre o processo de transição à democracia no Chile não findará nessa tentativa. Como observamos nesse artigo os elementos são diversos e as análises sobre eles

provavelmente se multiplicarão, seja pelas mãos de cientistas políticos ou historiadores. O relevante, porém é a necessidade de encararmos com olhar crítico nossa própria realidade sob pena de ficarmos presos a um passado que se foi e deixarmos escapar a realidade que ainda pode ser transformada, para melhor.

NOTAS

¹ CHAUVEAU, Agnés e TÉTART, Philippe. *Questões para a História do Presente*. EDUSC. São Paulo. 1999, P.07.

² FREDRIGO, Fabiana de Souza. “A influência das mobilizações sociais nas transições à democracia: o caso chileno”. In. Caminhos da História da América no Brasil: tendências e encontros de um campo historiográfico. Org. Jaime de Almeida. Brasília: ANPHLAC, 1998. p. 672.

³ Segundo FREDRIGO o *Plan Laboral*, instituído em 1979, “visava organizar o mundo do capital e do trabalho. A consequência mais imediata disto foi a desvinculação dos trabalhadores do sindicato e a perda de iniciativas e do protagonismo das reivindicações coletivas de trabalho. Os conflitos trabalhistas passaram a ser resolvidos nos acordos individuais entre trabalhadores e empresários.”Op. cit., p. 672.

⁴ FREDRIGO, Fernanda de Souza, op. cit., p. 674.

⁵ Op. cit., p. 677.

⁶ Op. cit., p. 675.

⁷ GARRETÓN, Manuel Antonio. *El proceso político chileno*. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), 1983.

⁸ AGGIO, Alberto e QUIERO, Gonzalo Cáceres. “A transição à democracia no Chile: processos políticos, interpretações e controvérsias intelectuais”. Texto disponível no endereço eletrônico: www.uv.es/jalcazar/aggio.htm